

O TERRITÓRIO PARA AS PRÁTICAS URBANAS INSURGENTES

THE TERRITORY FOR THE INSURGENT URBAN PRACTICES

Tiago Balem¹ e Paulo Reys²

Resumo

O artigo apresenta um debate conceitual sobre a noção de território tomando-o como princípio para elucidar os estudos sobre práticas urbanas insurgentes. Para isto, propõe-se somar a abordagem da filosofia que entende o território como fluxo criativo e expressivo à concepção ligada à geografia que o entende como espaços delimitados a partir de relações de poder e controle social. Neste artigo, procura-se sinalizar como o espaço urbano passa a ser um *locus* de construção de um território discursivo de conflitos. Enquanto os discursos do poder do Estado-capitalista e do mercado materializam-se nas privatizações de áreas públicas, nestes mesmos espaços as práticas urbanas insurgentes operam discursos em contraposição. Essa situação é analisada neste artigo a partir do caso da Primavera Secundarista que ocupou mais de 1000 escolas em todo o Brasil, a fim de expor como esses discursos ganham visibilidade em um espaço público.

Palavras-chave: Território, práticas urbanas insurgentes, Primavera Secundarista, arquitetura contra-hegemônica.

Abstract

The article presents a conceptual debate on the notion of territory, taking them as a principle to elucidate studies on insurgent urban practices. For this, it is proposed to add the approach of philosophy that understands the territory as a creative and expressive flow to the conception linked to geography that understands it as spaces delimited from relations of power and social control. In this article, we seek to signal how the urban space becomes a locus for the construction of a discursive territory conflict. While the discourses of state-capitalist and market power materialize in the privatization of public areas, in these same spaces as insurgent urban practices operate discourses in opposition. This situation is analyzed in this article from the case of Primavera Secundarista that occupied more than 1000 schools throughout Brazil, in order to expose how these discourses gain visibility in a public space.

Key words: Territory, insurgent urban practices, Primavera Secundarista, counter-hegemonic architecture.

1 Doutor [2021] em Planejamento Urbano e Regional no Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul [PROPUR UFRGS]. Mestre em Design Estratégico [2010] pela Unisinos. Graduado em Arquitetura e Urbanismo [2004] pela UniRitter. Pesquisa na linha de pesquisa cidade, cultura e política [área de concentração: planejamento urbano e regional e os processos sociais] e com vínculo ao Grupo de Pesquisa CNPq [POIESE] Laboratório de Política e Estética Urbanas.

2 Pós-Doutorado em Filosofia [2020] Universidade Nova de Lisboa. Doutorado em Ciências da Comunicação [2004] pela Unisinos e pela Universidade Autônoma de Barcelona. Mestrado em Planejamento Urbano [1992] pela UnB. Especialização em Design Estratégico [2008] pela Unisinos. Graduação em Arquitetura e Urbanismo [1987] pela UniRitter. Professor Associado da Faculdade de Arquitetura da UFRGS no departamento de Urbanismo. Professor e Pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional PROPUR UFRGS. Coordenador do Grupo de Pesquisa CNPq [POIESE] Laboratório de Política e Estética Urbanas. Coordenador do Grupo de Pesquisa CIDADE[IN]PENSADA no CNPq e é Pesquisador no Grupo de Pesquisa Arquitetura, Derrida e aproximações.

Introdução

A palavra território permanece sendo usada de maneira muito ampla. Como noção conceitual, território não é restrito a uma disciplina específica e, desde o final do século passado, o quadro das reformulações teóricas insere-a além dos debates da geografia e planejamento urbano, também, na filosofia, antropologia, artes, ciências sociais e políticas. Nesse contexto, e reconhecendo que o conceito continua a gerar interpretações e aplicações diversas, esta pesquisa toma-o como princípio para elucidar os estudos sobre as práticas urbanas insurgentes. Assume-se, desde o início, que a noção de território não está atrelada a um dado estático. Território, portanto, é processual. Ou seja, como pensa Deleuze e Guattari, território é ato. Então, não se toma território como substantivo, mas como verbo: territorializar. Assim, este artigo considera que, à luz de um posicionamento em relação às práticas urbanas insurgentes, elas podem ser definidas por um processo de territorialização por insurgências.

O território, no sentido que o associa a uma necessidade de controle ou apropriação do espaço se apresenta como elemento imaterial e simbólico para representação e distinção social. É preciso entender que território não existe como uma realidade em si, neutra, mas se apresenta sempre como um ato de disputa. Há um aspecto temporal, dinâmico e em rede que o território assume, no qual a integração de suas múltiplas dimensões é vista por meio das relações conjuntas de dominação, ou seja, de relações de poder em sentido amplo.

Para avançarmos nesse sentido amplo dado por Deleuze e Guattari, acrescemos as definições de território por Sack (1986) e sintetizadas por Souza (2020), tais como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (Souza, 2020, p. 78). Este artigo também se vale das contribuições de Haesbaert (2007) para quem é possível falar em multiterritorialidade, em que as territorializações são resultantes não apenas da sobreposição de múltiplos territórios, mas, também, “da possibilidade de sua experimentação/reconstrução de forma singular pelo indivíduo, grupo social ou instituição”, na qual uma reterritorialização complexa e de conexões em rede constrói a possibilidade de interpretação do território, principalmente a dos fenômenos urbanos. Reforça-se que esses autores e suas perspectivas têm em comum o conceito de território conferida à matriz filosófica de Gilles Deleuze e Félix Guattari, expressa pelo trinômio “territorialização-desterritorialização-reterritorialização”, desdobradas pelo conceito de “agenciamento”. Tais noções são fundamentais para a discussão que segue sobre a territorialização das práticas urbanas insurgentes que se propõe apresentar neste artigo. Assim, partir de Deleuze e Guattari, pensa-se o território para as práticas urbanas insurgentes como um ato, ou seja, o território não é um objeto ou um espaço circunscrito e geométrico, mas um meio construído por partes ou interesses que se anexam e se desprendem conforme “desejos” e “agenciamentos”, neste caso para “desterritorializar” discursos hegemônicos e “reterritorializar” contra-discursos nos espaços ocupados.

Objetiva-se elucidar que a compreensão sobre a noção de território, ou seja, sobre as relações de poder que se projetam e agenciam o espaço urbano, seria capaz de ampliar o entendimento dos conflitos na cidade, tais como os que ocorrem por práticas urbanas insurgentes. Da mesma forma, pretende-se sustentar que pensar essas práticas insurgentes podem contribuir também para a ampliação do sentido de território, especificamente aquelas utilizadas no campo dos estudos urbanos.

Práticas urbanas insurgentes são práticas sociais de resistência e luta para conter o avanço de processos de precarização da vida, associados aos processos de privatização de espaços e serviços, manejados pelo advento da dominação do capital sobre o Estado ou a ele combina do. A noção proposta de práticas urbanas insurgentes

se referem, portanto, às táticas de apropriação do espaço com o objetivo de exercer um contra-poder a uma dada situação de dominação, combatidas por meio de ação direta. As insurgências, atreladas aos processos de urbanização, são o tema deste estudo, inquiridas aqui como uma categoria de análise atrelada à noção de território.

O território e as relações de poder

O vocábulo “território” é pensado por Haesbaert (2007) como um conceito multifacetado, abrangendo vários sentidos: a Geografia tende a enfatizar a materialidade do território e sua relação com a sociedade; as Ciências Políticas enfatizam sua construção a partir de relações de poder; a Economia como localização de bases produtivas; a antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente associando-o a sociedades originais; a sociologia enfoca-o a partir de sua intervenção nas relações sociais; e a psicologia incorpora o território no debate sobre construção da subjetividade ou da identidade pessoal.

Ao agrupar essa série de perspectivas, o autor organiza as diferentes acepções do conceito em quatro categorias: política, cultural, econômica e natural. A linha que atrela à política refere-se às relações de espaço-poder ou a questões jurídico-políticas institucionalizadas e vinculadas ao Estado, compreendendo o território como espaço delimitado e controlado. A vertente cultural refere-se aos aspectos simbólicos e subjetivos, em que ele é visto como lugar de apropriação de um grupo. A linha econômica entende o território como fonte de recursos para o capital e para o trabalho. A vertente natural faz referência ao conceito com base nas relações entre a sociedade e a natureza na interface do homem e seu ambiente físico.

Haesbaert (2007) separa, ainda, o debate sob três perspectivas filosóficas: uma que entende território sob seu aspecto materialista, afirmando ser o território restrito a uma base espaço-material sobre a qual se reproduz a sociedade, ou seja, uma espécie de palco, reflexo ou produto dela; outra, idealista, que o coloca como substrato-físico, como mediador, componente fundamental para essas relações da sociedade; e a terceira, enfatiza o seu sentido relacional, ou seja, o território é o substrato ou espaço social em si, mas um campo de forças de poder em que se opera espacialmente e por contornos delimitados.

A terceira perspectiva, a que liga território às relações de poder, enfatiza sua dimensão política, incorporando uma forte dimensão relacional entre a materialidade espacial e a subjetividade. Nesse entendimento do território, enquanto campo de disputas e de conflitos imanente às relações sociais de poder, recebe importantes contribuições, para seu debate, a partir do trabalho desenvolvido por Claude Raffestin, em *Por uma geografia do poder* (1993), e por David Sack, em *Human Territoriality* (1986).

Raffestin (1993) propõe uma abordagem de território como base na realidade material das relações de poder e faz essa fundamentação a partir da distinção com o conceito de espaço. Para ele, é fundamental entender que o espaço é anterior ao território. Enquanto o espaço pode ser um “trunfo”, suporte apropriado, produzido, e dotado de significado, o território “é o campo de ação dos trunfos”, sendo, ao mesmo tempo, recurso e entrave, continente e conteúdo (RAFFESTIN, 1993, p. 60). Raffestin considera como trunfos do poder a população, os recursos e o território, e adverte que o ideal do poder é jogar com os símbolos que advém desses trunfos. Nesse sentido, o território passa a ser uma representação idealizada sobre ele mesmo, com projeções espacializadas, sendo mais do que uma realidade concreta ou algo tangível.

Diferentemente, mas ainda sob essa perspectiva relacional, na concepção de Sack (1986), a construção do território ou da territorialidade (termo que o autor utiliza com mais frequência) é a incorporação de áreas ou do espaço a partir da ideia de controle e dominação para obtenção ou conservação de vantagens espaciais de recursos e pessoas. Para Sack (1986), a territorialidade é a base para o poder. “É uma expressão geográfica primária do poder social. É o meio pelo qual o espaço e a sociedade estão inter-relacionados” (p. 63). A territorialidade é melhor entendida como estratégia espacial para atingir o objetivo de poder. Para o autor, a territorialidade é definida como “(...) tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica” (p. 76). Nesse aspecto, Sack apresenta a faceta da mobilidade do território, ao afirmar que a territorialidade pode ser ativada e desativada em razão de uma vasta gama de variáveis, sejam elas políticas, econômicas, culturais ou naturais. Para ele, o território não é um dado e sim o resultado de diversos processos, um recurso estratégico que pode ser mobilizado de acordo com os interesses dos atores ou do contexto social e histórico, a fim de afetar o comportamento por meio do controle de seu acesso. Portanto, a contribuição de Sack (1986) está na afirmação de que as territorialidades se definem por estratégias que podem ser utilizadas como forma de obtenção de vantagens espaciais pelos indivíduos que as acionam.

As interpretações que investem na noção do espaço geométrico como ‘território’ referem-se ao termo como objeto de disputa e dominação. Como visto, o território pode ser composto por várias dimensões: físicas, sociais, econômicas e culturais. Contudo, o espaço, como entidade geométrica, pode compor o território, e, como poderá ser visto no exemplo a seguir, nunca o define, não é um dado a priori, mas agenciado para um processo de territorialização. De acordo com essa perspectiva, a territorialização adquire um valor importante, pois reflete a dimensão da experiência territorial dos atores que comungam desse processo e que definem o território. Os atores que experimentam esse processo territorial tanto habitam o lugar desse processo, como estão envolvidos em um sistema de relações de poder que procura modificar as relações físicas e sociais. Assim, pode-se afirmar que o território, nessa perspectiva relacional, ocorre enquanto mediação espacial do poder, resultante de múltiplas dimensões, incluindo desde sua natureza política até seu caráter simbólico.

O território está em fluxo

Se anteriormente fez-se referência à definições de território e suas relações humanas com o meio, natureza, sociedade, aspectos simbólicos e às disputas de poder; a acepção elaborada na filosofia por Deleuze e Guattari, coloca-o como ato existencial primordial e um devir. Esta fundamentação define o território como uma elaboração em constante fluxo. Na obra *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*, de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1998), o conceito de território ganha uma circunscrição, enquanto processo contínuo de subjetivação, em relação a processos concomitantes de territorialização, desterritorialização e reterritorialização provocadas pelas práticas humanas. Seguindo essa lógica dos autores, a espacialidade do território está em permanente fluxo, em movimento e em vias de encontros por meio de novos “agenciamentos”.

Agenciamento é um conceito fundamental para entender a noção de território desenvolvida por Deleuze e Guattari. Segundo eles, o agenciamento diz respeito ao acoplamento de um conjunto de relações materiais a um regime de signos correspondentes. O agenciamento é formado pela expressão (agenciamento coletivo de enunciação) e pelo conteúdo (agenciamento maquínico de desejo), conformando um conjunto de partes conectadas que formam uma composição de interesses compartilhados. O agenciamento ocorre, portanto, ao se juntarem elementos (corpos)

de naturezas diferentes, que, nesse encontro, funcionam como uma coletividade, pois há uma simpatia entre eles, uma conveniência, “uma relação melódica”, “um desejo maquínico” que os faz acoplarem-se. Esta conveniência entre diferentes corpos forma o desejo. O desejo é uma força ativa primária que requer um agenciamento. Ele é maquínico, pois é produtivo e construtivo ao agenciar elementos. O desejo é sempre conformado por um conjunto de desejos em que os corpos se rearticulam para facilitar uma conveniência. É dessa concepção de agenciamento em Deleuze e Guattari que se estrutura o conceito de território, pois é o desejo, enquanto potência de agenciamentos, quem cria territórios. Assim, o território é um ato agenciado de um determinado movimento, em que predominam “campos de interioridade”, como numa força centrípeta que reafirma esse agrupamento. Muito mais do que uma coisa ou objeto, o território é um movimento, uma ação, um ato, uma relação, um arranjo.

No sentido proposto por Deleuze e Guattari, território não é fixo, mas transitório, está em permanente construção, cuja marcação é o ato que se faz expressivo, “componentes do meio tornados qualitativos” (DELEUZE e GUATTARI, 1998, v.4, p.122). Para eles, o território delimita o espaço de “dentro” e o de “fora”, estabelece propriedade, apropriação e identidade além de possuir um valor existencial. Sob esta perspectiva, pode-se dizer que o território, para os autores, é um meio essencialmente comunicante de multiplicidades, pois, como afirmam, “as funções num território não são primeiras, elas supõem antes uma expressividade que faz território” (1998, v.4, p. 122). Sob essa perspectiva, territorializar é delimitar o espaço seguro e controlado de “dentro”, em que a definição do território se dá pelas maneiras como se habita nele e pelos múltiplos meios por que os indivíduos que o vivenciam o codificam. Portanto, o movimento que cria o território (codificado) resulta de um processo constante de “territorialização-desterritorialização-reterritorialização” (DELEUZE; GUATTARI, 1998, p. 128).

Em relação à interpretação vinculada à noção de lar e código, o contrário seria o estado de desterritorialização, que significa o movimento de abandonar o território, ou a ação de territorializar à margem do código, lembrando que na noção de território para Deleuze e Guattari ele está sempre em fluxo. Assim, desterritorializar significa não pertencer, momentaneamente, a território algum e, ao mesmo tempo, significa uma transmutação para outros territórios, por meio da reterritorialização. Nesse processo, os agenciamentos, que funcionam como componentes do território, operam também em seu desmantelamento, reativando o fluxo para novos arranjos, encontros e acoplamentos. A desterritorialização, portanto, nunca ocorre unilateralmente, sendo sempre necessários, no mínimo, dois componentes: “(...) mão-objeto de uso, boca-seio, rosto-paisagem” em que cada uma dessas partes serve de territorialidade nova para o outro que também perdeu a sua” (DELEUZE E GUATTARI, 1998, p. 41). Esse processo territorialização-desterritorialização-reterritorialização produz, o tempo inteiro, uma desconstrução de traços identitários.

O território em disputa

Para seguir com a revisão do quadro teórico do conceito de território e precisar o seu uso neste artigo, é preciso pontuar a perspectiva que o campo de estudos da disciplina de Planejamento Urbano assume. A prática do planejamento urbano sempre teve alguma concentração de poder de decisões, algum grau de envolvimento, de responsabilidade institucional e econômica, que procuram equilibrar relações de poder aplicadas ao espaço geométrico urbano. Dada a complexidade das camadas que compõem o urbano e as dificuldades de sistematização e apreensão das diferentes formas de habitar a terra, os fluxos econômicos, de pessoas e de informação podem dar a dimensão do quebra-cabeça que significa planejar uma cidade e gerenciar uma série de disputas e de distintos interesses. Para compreender o processo de territorialização

que emerge nas práticas urbanas insurgentes, esta investigação propõe a necessidade de somar a noção desta abordagem filosófica que entende o território como fluxo criativo, expressivo produtor de processos de subjetividade (Deleuze e Guattari, 1998) à concepção de território ligada à geografia que o entende como espaços delimitados a partir de relações de poder e controle social (SACK, 1986; RAFFESTIN, 1993 e SOUZA, 2020).

O território, para as práticas urbanas insurgentes, exige reconhecer, no espaço, relações de disputas de poder pelo conflito de desejos entre segmentos da sociedade civil e, destes, com o Estado capitalista e o mercado produtor da cidade neoliberal. Assim, a territorialização para as práticas urbanas insurgentes utiliza o espaço para produzir discursos contra-hegemônicos sobre o urbano. A reterritorialização é, portanto, o conjunto de forças contrárias aos discursos do capital investido sobre a terra urbana para desterritorializar (apagar; descodificar) códigos hegemônicos na cidade. E é este o movimento que interessa aqui, pois é ele quem fundamenta a análise sobre práticas urbanas insurgentes. Portanto, o conceito de território que agora se adota é orientado pela passagem da ideia de espaço geométrico em direção a uma que, além de conceder suporte físico para as relações de poder, constitui-se como agenciador de forças de oposição para manifestação política e processos de desterritorialização-reterritorialização de discursos sobre a terra urbana.

Para fundamentar essa perspectiva, retorna-se ao trabalho de Haesbaert (2007), que, a partir de Lefebvre, indica que se deve estudar o território enquanto um processo de dominação e/ou apropriação em sua multiplicidade de manifestações, mas, sobretudo, por meio da multiplicidade de poderes neles incorporados por meio dos múltiplos sujeitos envolvidos. Desse modo, a compreensão de poderes investidos no território, deve levar em conta “(...) os múltiplos sujeitos do poder, e a resistência que lhes é inerente” (Haesbaert, 2007, p. 25). O autor esclarece que isso diz respeito tanto ao poder no sentido mais evidente, aquele relacionado a dominação, quanto ao poder no sentido mais tácito ou simbólico, o de apropriação. Haesbaert (2007) lembra Lefebvre, que distingue apropriação de dominação: por um lado, apropriação é atrelada a um processo mais simbólico, em que marcas do “vivido” referem-se ao valor de uso. Por outro lado, dominação é relativa a “possessão” e a “propriedade”, sendo, nesse sentido, mais vinculada ao valor de troca (HAESBAERT, 2007, p. 20). O território para ele “(...) pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (Idem, p. 9). Na definição do conceito de território, Haesbaert (2007) considera necessário abarcar os sujeitos em jogo e seus objetivos políticos, considerando desde os grupos hegemônicos, “(...) até os movimentos sociais de resistência, em suas estratégias de transformação autonomista” (p. 30).

Sob esse aspecto e a partir dessa noção de território, é que se considera a multiplicidade de atores sociais e as relações de poder que delas emergem. Isso acontece não somente porque as arenas políticas das insurgências urbanas refletem diversos conflitos sobre a cidade, mas porque, nas disputas de poder, desempenham um papel influente na condução dos processos sociais.

As práticas urbanas insurgentes

No Brasil, assistiu-se às denominadas “Jornadas de Junho”, em 2013, movimento de protestos em diversas capitais do país originados em contraposição ao aumento da passagem de ônibus, que se disseminou em manifestações polissêmicas, por centenas de cidades brasileiras, em manifestações de explícito desagravo à participação política e contra os gastos excessivos para a preparação da Copa do Mundo de Futebol em

2014 (Maricato et al., 2013).

Ainda em 2013, em dezembro, irromperam das periferias em direção aos shopping-centers elitizados de São Paulo os chamados “rolêzinhos”. Trata-se de encontros marcados via internet, por jovens, com o objetivo de divertirem-se em espaços demarcados por controle social de classe e cor da pele. A reação imediata dos administradores desses estabelecimentos foi a tentativa, muitas vezes, bem-sucedida, de impedir o acesso desses jovens, estigmatizando-os. A contrarreação foi a multiplicação de atos deste tipo de manifestação por todo o país (PASTEUR E KOPPER, 2017).

Ainda no Brasil, em 2015, explode o movimento denominado Primavera Secundarista, organizado por estudantes que ocuparam cerca de 100 unidades de ensino do Estado de São Paulo durante 60 dias em resposta ao plano do governo de reorganização e fechamento de escolas dessa federação. Em 2016, as manifestações estudantis voltaram a ocorrer, dessa vez em âmbito nacional e atingindo por volta de 1.000 escolas, em diversas cidades do país, onde jovens ocuparam os espaços escolares a fim de se posicionarem contrários à reforma pedagógica do ensino médio e à limitação dos investimentos públicos em educação (DICKMANN E SANTOS, 2019).

Na última década, uma série de contestações espalham-se por diversas capitais, desde de 2013, em relação à falta de identificação com o sistema representativo, mas bastante focado em reivindicações em relação às cidades. Algumas organizam-se em uma espécie de protesto em formato de festa, e outras, inspiradas nos movimentos de ocupação, montam acampamentos em defesa de lugares e contra práticas de privatização de espaços e edifícios públicos, como, por exemplo, o Desocupa em Salvador (2012), Ocupe Cocó em Fortaleza (2013), Ocupe Estelita em Recife (2014), Cais Mauá de Todos em Porto Alegre (2014), Ocupe Golfe (2014) e Ocupa MinC (2016), ambos no Rio de Janeiro, Ocupe Parque Augusta em São Paulo (2015), e Praia da Estação em Belo Horizonte (2012); casos detalhados, por exemplo por Barbalho (2018); Nóbrega (2016); Marino, (2018); Rolnik, (2019); Flores e Oliveira (2016).

Essa série de ativismos emergiu no cenário nacional nesses últimos anos reaquecendo o debate entre diferentes áreas do conhecimento que investigam transformações na sociedade, estando, dentre elas, o Planejamento Urbano, campo em que este artigo se insere. No contexto global, destaca-se os estudos sobre insurgências que ganham relevo nas publicações “Redes de Indignação e Esperança, e “Cidades Rebeldes” de Castells (2013) e Harvey (2014), respectivamente. Em relação a alguns desses eventos recentes, Harvey (2014, p. 209) questiona-se se a cidade tem como impulso uma nova batalha para transformações efetivas no capitalismo ou se eles se referem somente a um desdobramento daquilo que seria a luta essencial, a dos trabalhadores. Para ele, “essas lutas são interpretadas como algo mais voltado para questões de reprodução do que de produção ou sobre direitos, soberania e cidadania e, portanto, não sobre classe” (ibidem, p. 217). Nesse sentido, Harvey (2014) relembra Lefebvre e os Situacionistas, teóricos que defendem a promoção de situações revolucionárias conectadas ao cotidiano, mais do que uma luta organizada via partidos, sindicatos e instituições. O autor aponta para a “união de corpos no espaço público” como um fato importante a ser valorizado neste período (HARVEY, 2012, p. 10).

É incontestável reconhecer que a cidade aparece como um *locus* substantivo para o desenvolvimento do lugar para articulação de novas formas de participação democrática, impondo novas formas de olhar para o planejamento das nossas cidades. Neste sentido, procura-se sinalizar como o espaço passa a ser um *locus* de construção discursiva de conflitos e disputas em choque. Esses discursos precisam do espaço como forma de territorializar questões sobre ele mesmo ou sobre a vida nele. Enquanto os discursos do poder do Estado-capitalista e do mercado materializam-

se nas reintegrações de posse, remoções, revitalizações, privatizações, especulação imobiliária, estacionamento de carros em espaços públicos, decretos proibindo o uso público de praças, as práticas urbanas insurgentes operam discursos em contraposição às práticas neoliberais na cidade. São exatamente nestes espaços que as ações insurgentes se infiltram e implantam um novo código, por meio de práticas cotidianas. Esse novo código — a ocupação, o acampamento, o protesto-festa, o rolêzinho — movimenta a máquina de produção de contra-enunciados dos ativistas urbanos, e materializa, no espaço, práticas de uma outra natureza, uma alternativa à do discurso hegemônico. Essas práticas criam os enunciados dos ativistas por meio da noção de “espaços livres”, “gestão horizontal”, “arte urbana”, “economia alternativa”, em que o espaço é agenciado para novos territórios discursivos.

O território da Primavera Secundarista

Estudantes de diversos estados, inspirados pelas mobilizações das “Jornadas de Junho”, passaram a mobilizar-se entre os anos de 2015 e 2017, resultando em ocupações de proporção nacional. O saldo é contabilizado em cerca de 1.197 escolas ocupadas, em 2016, segundo a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas). As principais bandeiras de luta dos estudantes secundaristas eram contrárias à PEC 241 (55,) que limitava o teto dos gastos públicos por 20 anos e atingia diretamente o setor da educação, à MP 761 da reforma do Ensino Médio e à reforma Escola Sem Partido, que agia sobre as ideologias políticas dentro do ambiente escolar (CLETO, 2016). De acordo com Dickmann e Santos (2019), os estudantes procuravam demonstrar, por meio das ocupações, que as reformas propostas eram voltadas para a manutenção de um sistema de privilégios e não possibilitavam uma educação de qualidade acessível a todos.

A partir desse cenário, que estimulou as insurgências e as lutas mobilizadas pelos alunos, os secundaristas mantiveram as escolas ocupadas utilizando-se de estratégias de resistência muito semelhantes entre si, bem como as utilizadas pelos manifestantes nas chamadas Jornadas de Junho (ELESBÃO; AMARAL 2020). A organização dos estudantes correspondia à ideia central de que não havia um líder, e de que todos eles se constituíam como lideranças potenciais, cuja organização de atividades se dava de forma coletiva e orgânica em suas assembleias (MARTINS; QUEIROZ 2020). Segundo Dickmann e Santos (2019), os secundaristas organizavam-se em comissões para funções de cuidado e manutenção do ambiente escolar, mas, também, para organização de oficinas sobre assuntos que envolviam o movimento estudantil como um todo. Dessas ocupações, marchas e protestos, cunhou-se o termo Primavera Secundarista.

A Primavera Secundarista, há de se reconhecer, foi fortemente influenciada pelas ocupações estudantis que aconteceram no Chile, denominadas de “Revolta dos Pinguins”. Em maio de 2006, cerca de 10 mil estudantes secundaristas chilenos reuniram-se para protestar e exigir melhorias nas condições de ensino público no país. Reivindicavam a gratuidade do transporte escolar (vale transporte) e a diminuição do valor da inscrição na Prova de Seleção Universitária (PSU) (ZIBAS, 2008). De acordo com Zibas (2008), o avanço da privatização do sistema educacional chileno estruturou suas raízes no governo democrático pós-Pinochet, quando permitiu, a partir de 1993, que os estabelecimentos particulares auxiliados pelo governo cobrassem mensalidade de alunos do ensino fundamental ao médio. A Revolta dos Pinguins organizou, em sua mobilização mais densa, cerca de 600 mil estudantes (Motomatsu; Costa, 2015), articulando-se em greves, ocupações nas instituições escolares, assembleias e passeatas. Segundo Romancini (2019), a então presidente Michelle Bachelet conseguiu interromper a mobilização com base em promessas e realizações políticas, como a

montagem de uma comissão para o estudo de uma reforma educativa – o Conselho Assessor Presidencial de Educação.

Entre outubro de 2016 e o final do mesmo ano, o Brasil continuava em um quadro de manifestações populares reativas às propostas de um governo impopular praticamente em todos os setores, menos àqueles cujas demandas eram atendidas pela restrição de direitos e pelo corte de verba feitos pelo Governo. Segundo Silva; Pires; Pereira, 2016, ao término de 2017, cerca de 2.114 escolas estaduais, além de 14 universidades, foram ocupadas, contabilizando 19 estados brasileiros mais o Distrito Federal como núcleos do levante estudantil. A partir da iniciativa dos estudantes secundaristas, as ocupações atingiram outros níveis do setor educacional, como a universidade pública, incluindo a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), uma das instituições brasileiras também afetadas pelas mesmas propostas (PARKER, 2018).

A ocupação de mais de 1.000 escolas entre 2015 e 2016 — processo iniciado pelos secundaristas de São Paulo em protesto contra um plano de reorganização da rede pública estadual pelo Governo Geraldo Alkmin —, ficará registrada como um dos gestos coletivos mais ousados da história recente do Brasil. Esse movimento destampou a imaginação política no país. A luta foi conduzida à maneira autogestionada e mobilizou modos de diálogo com diversas forças da sociedade civil de forma autônoma, suscitando meditar a respeito da inversão de papéis assumidos por jovens estudantes em relação a políticos e instituições de ensino, e quais práticas urbanas insurgentes foram agenciadas nesta que pode ser considerada uma “territorialização em sentido estrito” segundo categoria criada por Souza (2020)³.

Independente do desfecho concreto do movimento, foi um momento em que a imaginação política destravou. Esta imaginação política e a apropriação do espaço ocupado formaram um território. É precisamente a capacidade de conectar-se com as forças de determinados contextos o que deixou um país inquietante frente à ousadia juvenil, que delimitou nas escolas o seu território discursivo. As ocupações desencadearam um processo imprevisível, cujo caráter, ao mesmo tempo disruptivo, colocou em suspensão a continuidade do tempo político.

Essa descontinuidade significa que a percepção social sofreu uma inflexão. Aos olhos dos gestores políticos, as ocupações não passavam de uma reação efêmera ao projeto de fechamento das escolas, ou seja, uma subversão juvenil frente ao poder do Estado. Contudo, inverteu-se o cálculo, e, aos olhos da sociedade, a subversão passou a ser a mercantilização do ensino, visto como um ato de soberba do Governo. Além disso, a violência da polícia militar sobre corpos de crianças foi percebida como uma reação intolerável.

O movimento estudantil, ao assumir as escolas para si, rompeu com a ordem materializada, neste caso, nas instituições do Estado, colocando em xeque a posição de quem deve decidir sobre o fechamento desses equipamentos. Esses jovens protagonizaram, no corpo-a-corpo e por antagonismo ético, um processo de desidentificação e emancipação coletiva, repactuando suas posições e questionando qual é seu lugar diante de quem os representa no sistema político. Mesmo perante a vilania da mídia hegemônica e das instituições que criminalizaram o movimento, acusando os estudantes de criarem um ambiente de baderna, drogas e orgias, os secundaristas introduziram, em paralelo ao teatro esgotado da representação

³ *Territorialização em sentido estrito* quer dizer “apropriação” e controle do espaço por meio ou com a ajuda da presença física. A escala espacial Souza define como “nanoterritorial” – local com capacidade de se tornar um levante. Quanto à escala temporal, o autor define como mais ou menos efêmera (algumas horas, dias, semanas ou anos no caso de piquetes) SOUZA (2020).

institucional, uma nova coreografia política, carregando os ambientes ocupados de uma atmosfera de muita imaginação e afeto multitudinário.

Relembrando a definição de Deleuze e Guattari, um território está sempre potencialmente em vias de desterritorialização, e passa a outros agenciamentos, mesmo que estes novos atuem em uma reterritorialização para modificar o território anterior, a partir do assentamento de outros códigos. Ao ocuparem as escolas, os estudantes secundaristas passaram a desterritorializar o modelo disciplinar panóptico (sala de aula x pátio), as relações de poder do ensino (aluno x professor x diretor) e a gestão dos equipamentos públicos (Secretaria da Educação x diretoria). A iniciativa dos estudantes representa uma ruptura na percepção social sobre a escola, a polícia, o Estado, o poder e a capacidade de almejar-se algo diferente. A ruptura com o que parecia natural foi desterritorializada: quem decide qual escola deve ficar aberta ou deve ser contida? Qual é o melhor lugar para se aprender: na sala de aula ou nas ruas? Qual é o conteúdo que os estudantes querem aprender? No momento em que os secundaristas percebem que suas vidas estão à mercê das instâncias várias do Estado, a territorialização, que, ontem, parecia inimaginável, concretiza-se nos estudantes gerindo a escola, organizando-se em coletivos autogestionados, nos suprimentos sendo levados pelos pais nas ocupações. Esse novo território cria um tempo dividido em antes e depois, algo irreversível, pois foi uma experimentação coletiva autoproduzida em um espaço em disputa. A reterritorialização significa que: ninguém será como antes, ninguém poderá aceitar o intolerável e todos poderão desejar outras condições para a escola. Reterritorializar, para eles, é pensar uma escola menos disciplinadora, menos hierárquica e focada na primazia da voz dos alunos.

O território desses estudantes constitui-se como contundente agenciador de forças de oposição para manifestação política, por meio de processos de desterritorialização-reterritorialização. Portanto, reconhece-se, no espaço (neste caso, a escola), um primeiro agenciamento das relações de disputa de poder, não só pelo conflito de desejos entre segmentos da sociedade civil, e destes contra o Estado capitalista, mas como forças contrárias que disputam também discursos sobre o espaço. A desterritorialização também ocorre como um desterramento e descodificação de códigos hegemônicos implicados nesses equipamentos públicos, os quais foram agenciados pelas práticas urbanas insurgentes para desterritorializar discursos de poder. Esse movimento de microrresistências políticas é quem ajuda a explicar essa categoria de análise, nas quais as práticas urbanas insurgentes atuam e que atualizam a acepção de territorialização contra-hegemônica.

Conclusão

Os corpos precários dos excluídos e inconformados necessitam de condições coletivas para a construção de ações políticas. Por isso, territorializam táticas como forma de reagir e espalhar seus discursos contra-hegemônicos. O corpo-insurgente das práticas urbanas insurgentes, organiza em condições coletivas, nos espaços das ocupações, um território como uma estratégia de desidentificação com a ordem hegemônica. O processo de desterritorialização transcorre no descolamento do espaço com a identificação prevista *a priori*. Esses espaços, quando ocupados, têm um endereço fixo, uma localização geográfica clara e não deixam de ter os mesmos graus de longitude e latitude que costumavam ter. Contudo, o sentido da recriação da localização é exatamente o que está em jogo na criação da noção de território das práticas urbanas insurgentes, pois, o que navega em novas e diferentes coordenadas é a aspiração em prefigurar um mundo político e social alternativo, no sentido de desidentificação com o atual. Assim, o que muda com a territorialização insurgente são as coordenadas da imaginação da sociedade e não as do espaço.

Nesse sentido, assevera-se que o território é temporário e qualifica algo que é usado estrategicamente por um período de tempo limitado. Ele refere-se a algo efêmero, provisório e momentâneo. Além disso, está relacionado ao caráter instável criado pela condição de sua impermanência, ou seja, pode lhe faltar continuidade, o que inscreve uma natureza sem estabilidade. Esses territórios postulam, portanto, uma arquitetura frequentemente relacionada a estruturas móveis, pois, como elas, podem mover-se e reinstalar-se em um determinado espaço. São arquiteturas sem volume, em que as pessoas e o corpo são as infraestruturas. Uma vez substituído o espaço geográfico, o corpo é quem pode, dessa forma, reconfigurar outros territórios, onde se instalam ou desprendem, impactando temporariamente a experiência social e os novos territórios que agenciam para formar um comum.

No caso apresentado e analisado, observou-se que essas iniciativas podem acontecer por uma ação de um pequeno grupo, o qual agrega o coletivo em planos imprevistos. Essas práticas de vivência territorial que partem dos problemas de lugares concretos, desenvolvem relações sociais e os submetem à crítica e à imaginação de novas possibilidades. O processo ocorre por mobilização, colaboração, resiliência e resistência. As iniciativas dessas práticas urbanas insurgentes não apresentam um caminho metodológico único, uma direção ideológica coesa e tampouco carregam a pretensão de elaborar um método replicável. Propagam a multiplicidade proveniente do empirismo, uma experimentação em que o método é o do aprender fazendo. Sua execução não pretende levar a uma nova forma de espacialização, uma nova Arquitetura ou a um novo Planejamento Urbano, mas apresentam que o processo de territorialização contra-hegemônica é uma mensagem potente.

Referências

CASTELLS, Manuel.. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CLETO, Murilo P. . O afastamento da professora que abordou Marx revelou a verdadeira face do Escola Sem Partido. 2016; *Tema: Escola Sem Partido*. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2016/07/11/murilo-cleto-o-afastamento-da-professora-que-abordou-marx-revelou-a-verdadeira-face-do-escola-sem-partido/>> . Acesso em 01/Jul./2021

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Suely Rolnik. Vol. 4. Rio de Janeiro: Editora 34, 1998.

DICKMANN, Ivo; SANTOS, Melody Rodrigues Fialho dos. Primavera Secundarista e Escola sem Partido: projetos ideológicos de educação e sociedade. *Revista do Programa de Pós-graduação em Educação: URI*, Frederico Westphalen, v. 1, n. 1, p. 69-91, dez. 2019. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/3478>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

ELESBÃO, Ana Clara Santos; AMARAL, Augusto Jobim do. A 'primavera secundarista': sobre a criminalização de movimentos sociais. *Revista Direito & Desenvolvimento da Unicatólica*, [S.l.], v. 2, n. 2, mar. 2020. ISSN 2674-7286. Disponível em: <<http://publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/red/article/view/3237>>. Acesso em: 01 Jul. 2021.

FLORES, Rafael Kruter; OLIVEIRA, Clarice Misoczky de. Conflitos no Espaço Urbano: um Cais Mauá de Todos? – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*; v. 18, n. 2 (2016). Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/201114>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

lume.ufrgs.br/handle/10183/201114>. Acesso em: 01 jul. 2021.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: Do “ fim dos territórios” à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

MARICATO, Ermínia et al. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram o Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Capital, 2013.

MARINO, Cintia Elisa de Castro. *Cidade em festa, cidade em disputa: ativismo e apropriação do espaço urbano em São Paulo no início do século XXI*. 2018. 257 f. Tese (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo .

MARTINS, Jonathan Alves; QUEIROZ, Maria Aparecida de. Engajamento coletivo na primavera secundarista. *Revista Educação em Questão*, São Paulo, v. 58, n. 58, p. 1-23, 16 out. 2020. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/21354/13355>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

MOTOMATSU, Tiffany Naomi; COSTA, Ana Luiza. Educados pela luta: uma análise do documentário “a rebelião dos pinguins”. *Revista Anekumene: Geografia, cultura y educación*, Bogotá, n. 10, p. 23-31, jun. 2015. Disponível em: <<http://repository.pedagogica.edu.co/handle/20.500.12209/8378>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

NÓBREGA, Ana Kelly Ferreira. *Ocupar a cidade: quando o Recife vai ao Cais José Estelita*. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco. [s. l.], 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/24542>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

PARKER, Marcelo Xavier; WEBER, Maria Helena. As ocupações na Universidade: modos de reivindicar, resistir e fazer comunicação política. In: *XXVII ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS*, 27., 2018, Belo Horizonte. Artigo Científico. Belo Horizonte: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2018. p. 1-20. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/arquivos_2018/trabalhos_arquivo_8Q0G0SS-N1VTSMWE5AWO3_27_6997_27_02_2018_12_10_51.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2021.

PASTEUR, Louise Scoz de Faria; KOPPER, Moisés. Os rolezinhos e as metamorfoses do urbano no Brasil contemporâneo. *Anuário Antropológico* [Online], v.42 n.2 | 2017.: Disponível em: <http://journals.openedition.org/aa/2286> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.2286> . Acessado em 01 Jul./2021

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática. 1993.

ROLNIK, Raquel. *A cidade é nossa: Parque Augusta 100% público*. UOL. 5 de maio, 2019. Disponível em: <<https://raquelrolnik.blogosfera.uol.com.br/2019/04/05/parque-augusta-100-publico/>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

ROMANCINI, Prof. Dr. Richard. Ativismo e juventude: os protestos estudantis chilenos (2006 e 2011) e brasileiro (2015). *Núcleo de Comunicação e Educação - Universidade de São Paulo*, São Paulo, 2019. Disponível:<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5397876/mod_resource/content/1/Projeto_de_pesquisa_2019_2021.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2021.

SACK, Robert David. *Human territoriality: Its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SILVA, Maurício Roberto da; PIRES, Giovani de Lorenzi; PEREIRA, Rogério Santos. *Da "perfeição" perversa da antipolítica de Fora Temer à resistência ativa da "ocupação das escolas" pelos jovens da "primavera secundarista"*. Florianópolis: Motrivivência, v. 28, n. 49, p. 6-14, dezembro/2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2016v28n49p6>. Acesso em: 01/jul/2020

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

ZIBAS, Dagmar M. L. "A Revolta dos Pinguins" e o novo pacto educacional chileno. *Revista Brasileira de Educação: Fundação Carlos Chagas*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 38, p. 199-408, ago. 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26613081_A_Revolta_dos_Pinguins_e_o_novo_pacto_educacional_chileno. Acesso em abril 2021.